



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
保安司司長辦公室
Gabinete do Secretário para a Segurança

(Tradução)

Assunto: RELATIVAMENTE À INTERPELAÇÃO ESCRITA DO DEPUTADO AU KAM SAN

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Deputado Au Kam San, de 26 de Novembro de 2015, enviada a coberto do ofício n.º 1035/E805/V/GPAL/2015 da Assembleia Legislativa de 1 de Dezembro de 2015 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 2 de Dezembro de 2015:

O Governo da RAEM e as autoridades de segurança, perante o incidente da morte da ex-Directora-geral dos Serviços de Alfândega, Lai Man Wa, adoptaram sempre uma atitude responsável e de respeito pela aquela e seus familiares, e bem assim pelas preocupações da sociedade relativamente ao assunto, isto para além de cuida da tramitação legal necessária e que o caso reclamou. A PJ, após ter o conhecimento do caso instaurou o processo de investigação, procedeu inspecção ao local, fez interrogatório dos testemunhos, recolheu informações aos declarantes, reviu as câmaras de vídeo de vigilância, entre outros trabalhos de investigação, a fim de definir a natureza do incidente, portanto não é verdade o que está escrito no ponto 1 da interpelação, onde se diz que não procedam investigação.

Relativamente ao conteúdo dos pontos 2 e 3, em 30 de Outubro de 2015, o Governo da RAEM e as autoridades de segurança, após terem o conhecimento e a confirmação do suicídio da ex-Directora-geral dos SA, realizaram de imediato uma conferência de imprensa para divulgar as informações básicas do incidente, segundo o protocolo habitual para casos de suicídio, em geral, segundo o qual a divulgação de informações é feita, de uma só vez, após 3 a 5 horas da determinação preliminar da morte.

Como a falecida era titular de um cargo principal da RAEM, captou a maior atenção do público e teceu falsas especulações. Tendo em conta o impacto social do caso, após obter a autorização do Ministério Público, as autoridades relevantes e a polícia procederam, excepcionalmente, mais uma vez a divulgação de informações sobre a situação de investigação do incidente. Em 31 de Outubro do mesmo ano, foi enviada *msn* aos media, do seguinte teor: Face aos indícios investigados no local do



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
保安司司長辦公室
Gabinete do Secretário para a Segurança

acontecimento e aos dados recolhidos na autópsia pelos médico-legistas, vimos proceder a informações complementares sobre o caso; No dia 3 de Novembro, a Secretaria para a Segurança realizou conjuntamente com os Serviços de Polícia Unitários, PJ e os médico-legais dos Serviços de Saúde, uma conferência de imprensa, organizada pelo Gabinete do Porta-voz do Governo da RAEM. Por iniciativa própria, divulgaram ao público preliminarmente a causa da morte da ex-Directora-geral, Lai Man Wa, bem como descreveram exaustivamente o acontecimento.

Em 18 de Dezembro de 2015, a PJ concluiu o respectivo trabalho de investigação e entregou o respectivo relatório ao MP. Em 6 de Janeiro de 2016, este Gabinete recebeu o despacho do delegado procurador do MP sobre o trabalho de investigação da PJ. No despacho era referido que foi confirmada a conclusão do trabalho de investigação que confirma o suicídio da ex-Directora-geral, Lai Man Wa. No mesmo despacho lembrava-se a especial qualidade de titular de um principal cargo por parte da vítima, não se opondo o Ministério Público a que fossem divulgadas as motivações do suicídio no caso de a tal não se opor a família, no sentido de remover todas as dúvidas que os rumores públicos produziam.

As autoridades de segurança reiteram que os trabalhos de investigação e levada a cabo pela polícia estão conforme a lei e foram exaustivos. A divulgação das respectivas informações, pelo Governo da RAEM e as autoridades de segurança, cumprem o legalmente estabelecido, informações quem tendo por base a verdade e as provas recolhidas, bem como as normas habituais de divulgação pública para casos de morte. Tomaram em consideração sobre a dignidade e a privacidade da morta, respeitando o direito à informação dos cidadãos. Neste caso não houve, nem atraso nem sonegação da informação.

A Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança

Cheong Ioc Ieng

8 de Janeiro de 2016